

Governo retoma contato com credores e com o FMI

Presidente do BC viaja para conversar amanhã com os bancos, e missão técnica vai ao Fundo

O Governo Sarney retoma os contatos com os credores: viajam hoje para os Estados Unidos, em missões separadas, o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda, Secretaria do Planejamento e Banco Central. Lemgruber reúne-se amanhã em Nova Iorque com William Rhodes, presidente do comitê de assessoramento dos bancos credores, enquanto os técnicos irão a Washington, para expli-

car ao FMI as medidas adotadas pela Nova República para cortar o déficit público e reduzir a inflação deste ano para 190% mantendo o crescimento da economia entre 4% e 5%. As duas missões têm caráter exploratório, mesmo porque o acerto da renegociação da dívida externa depende do fechamento do acordo com o FMI. O governo espera obter o sinal verde do Fundo até o início do próximo mês, mas se houver resistência não se pensa em adotar medidas mais drásticas para cortar o déficit público.

A missão técnica do governo brasileiro que vai explicar ao Fundo Monetário Internacional as últimas medidas tomadas com o objetivo de reduzir para Cr\$ 50 trilhões o déficit de Cr\$ 109 trilhões, estimado nas contas públicas deste ano, segue hoje à noite para Washington. Integram a missão, o Secretário da Receita Federal, Luís Romero Patury Accioly; o Secretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista de Abreu; o Secretário de Controle das Estatais, Henry Phillipe Reischtl; e o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues.

Não faz parte da missão o economista Luís Paulo Rosemberg, assessor especial do presidente José Sarney, cuja participação havia sido anunciada pelo próprio Palácio do Planalto na última quinta-feira. Apesar de não fazer parte da missão, a ida do assessor presidencial a Washington ainda não está totalmente descartada, tudo dependendo da evolução das conversas com o FMI, isto é, da receptividade dada aos números decididos pelo governo brasileiro visando o equacionamento do déficit público.

Basicamente os números são os seguintes e atendem a uma expectativa de um crescimento econômico de pelo menos 5% este ano: cortes de Cr\$ 15 trilhões nos investimentos das estatais, de Cr\$ 1,3 trilhão nos subsídios ao açúcar, de Cr\$ 1,7 trilhão nas despesas de pessoal ligado à administração direta; de Cr\$ 4,2 trilhões nas despesas previdenciárias; e Cr\$ 17 trilhões

de aumento na receita tributária; o que será feito quase que exclusivamente a partir de antecipações na arrecadação. Esses números já significam uma redução de Cr\$ 39,2 trilhões no déficit de Cr\$ 109 trilhões.

Além disso, a missão explicará ao FMI que o governo brasileiro conterà os dispêndios do Banco do Brasil em Cr\$ 3 trilhões até o final do ano; conseguirá uma receita de pelo menos Cr\$ 4 trilhões, através de aumento mais incisivos nos preços e tarifas públicas, ganhando outros Cr\$ 13 trilhões através de retenção de transferências de recursos aos estados e municípios. Somado aos Cr\$ 39,2 trilhões já anunciados pelo Palácio do Planalto, a redução do déficit projetado para este ano chega a Cr\$ 59 trilhões, devendo os Cr\$ 50 trilhões restantes serem financiados através de emissão de moeda ou de títulos públicos.

A missão técnica brasileira segue viagem preparada para o melhor e o pior. Se acontecer o melhor e o Fundo aceitar a redução do déficit público nos níveis previstos pelo governo brasileiro, a missão terá competência para já traçar um esboço da nova carta de intenções, viabilizando o acordo que garantirá ao Brasil um empréstimo de até US\$ 1,8 bilhão, distribuídos por um período que pode ser de 12 ou 18 meses. O acordo também garantirá o "sinal verde" do FMI para o reescalonamento em base plurianual da dívida externa brasileira junto aos bancos credores privados.

Se acontecer o pior e o FMI não aceitar como defi-

nitivas as medidas já tomadas pelo governo brasileiro a renegociação poderá ser suspensa, até que um dos lados ceda em algum ponto. O governo brasileiro já mandou um recado, através do próprio presidente José Sarney, de que nada há mais a fazer em termos de combate o déficit público porque isso colocaria em risco o crescimento econômico previsto para este ano. Como o FMI não pensa em termos de crescimento, mas sim de ajuste econômico, resta saber como tudo ficará. O problema é delicado, apesar do governo já ter identificado através

do representante brasileiro junto ao FMI, Alexandre Hafka, alguns sinais de boa vontade por parte da Instituição. Tanto é delicado que predomina entre os membros da missão uma atitude de extrema cautela.

No caso das medidas já tomadas terem boa receptividade, o acordo poderá ser fechado ainda este mês. Mas nada há decidido se isso acontecerá em Washington, com a presença do Ministro Francisco Dornelles, ou no Brasil com a vinda de uma nova missão do Fun-